PARLAMENTO NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

Intervenção de Sua Excelência

o Presidente do Parlamento Nacional de Timor-Leste,

Dr. Adérito Hugo da Costa

por ocasião da 136.ª Assembleia Geral da União Inter-Parlamentar

Dhaka

1 a 5 de Abril de 2017

Exma. Senhora Presidente do Parlamento do Bangladesh, Shirin Sharmin Chaudhury,

Exmo. Senhor Presidente da União Inter-Parlamentar, Saber Chowdhury,

Exmo. Senhor Secretário Geral da União Inter-Parlamentar, Martin Chungong,

Distintos Delegados,

Senhoras e Senhores Convidados,

Começo por agradecer à Senhora Presidente do Parlamento, Shirin Sharmin Chaudhury, e às autoridades do Bangladesh a magnífica hospitalidade e a forma como a delegação de Timor-Leste foi recebida.

Estendo o meu agradecimento à União Inter-Parlamentar, na pessoa do seu Presidente e do Secretário-Geral que, uma vez mais, nos permitiram o reencontro nesta Assembleia-Geral para debater, com elevação, um dos temas que mais preocupa à humanidade e que está na raiz de problemas persistentes que enfermam a sociedade em que vivemos:

Como combater as desigualdades e garantir a dignidade e o bem estar a todos. Como garantir a igualdade na diferença!

Uma vez mais, com a oportunidade e atualidade que nos habituou, a União Inter-Parlamentar procura encontrar um caminho com várias respostas para que os Parlamentos espalhados pelo mundo possam contribuir para este debate de um modo mais global e efetivo.

Senhor Presidente,

Distintos Colegas,

Falar das desigualdades sociais nos dias de hoje é, sobretudo, falar numa enorme crise no compromisso social, ao qual todos nós devíamos estar vinculados. Não por obrigação, mas apenas pelo facto de sermos todos homens e mulheres a viver num mundo que é de todos.

E, como sabemos, a desigualdade está na génese da maioria dos problemas que existem no mundo actual, tornando-a talvez namaior fonte de problemas sociais.

Hoje, mais que nunca, tudo parece entrar no jogo da competitividade e da lei do mais forte, onde o poderoso engole o mais fraco. Em consequência desta situação, grandes massas da população vêem-se excluídas e marginalizadas, sem oportunidades, sem trabalho e sem perspectivas, num beco sem saída.

O ser humano passou a ser considerado, em si mesmo, como um bem de consumo que se pode usar e deitar fora. Esta cultura do “descartável”, já não se trata simplesmente do fenómeno de exploração e opressão, mas de uma realidade nova, que com a consequente exclusão social,

mina a pertença à sociedade onde se vive, criando verdadeiras bolsas de gente que vive na periferia das oportunidades e fora daquilo que é hoje a sociedade. Os excluídos já não são explorados, mas meros resíduos, sobras.

Nesta realidade, ouvimos muitas vezes, que o crescimento económico, favorecido pelo livre mercado, consegue por si mesmo produzir maior equidade e inclusão social no mundo. Na verdade, esta opinião, nunca foi confirmada através de factos, e pior, exprime uma confiança vaga e até ingénua na bondade daqueles que detêm o poder económico e o controlo dos mecanismos"sagrados" do sistema económico reinante, acabando por não resolver os problemas dos excluídos, mas simglobalizando a indiferença.

Quase sem notarmos, a sociedade tornou-se, cada vez mais,incapaz de se interessar ou de se sensibilizar pelos os outros e cuidar deles, como se esta fosse sempre uma responsabilidade alheia, que não nos cabe a nós individualmente. Vivemos, cada vez mais, anestesiados por uma cultura que nos deu bem estar e onde a falta de oportunidades dos outros nos parece um mero espetáculode "*reality show*" que não nos incomoda de forma alguma.

A título de exemplo, a crise financeira que o mundo atravessou recentemente e ainda atravessa, fez-nos esquecer que na sua origem há uma crise antropológica muito mais importante e profunda, que é a negação da primazia do ser humano. Parece haver um fetichismo no dinheiro e na ditadura de uma economia sem rosto e sem um objectivo verdadeiramente humano. E, deste modo, a crise mundial pôs a descoberto os seus próprios desequilíbrios e, sobretudo, a grave carência de uma orientação antropológica que reduz o ser humano apenas a uma das suas necessidades: o consumo.

Tal desequilíbrio progrediu, muito por causa de uma generalização que vê como fundamentala defesa da autonomia absoluta dos mercados, negando por oposição o controle dos Estados, que na realidade são os únicos, encarregues de zelar por todos.

Senhor Presidente,

Caros Colegas,

Lamentavelmente, a maior dificuldade no combate às desigualdades é o fato das próprias sociedadesas considerem aceitáveis!

Infelizmente, o mundoparece anestesiado pelo vírus da indiferença!

E é por isto que este debate que a União Inter-Parlamentar promoveu se torna tão importante e atual.

E é por isto, que a densificação e concretização plena do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 10 - reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles - só é possível através de um esforço para a mudança das mentalidades.

É fundamental materializar os princípios fundamentais e transversais, plasmados nos direitos sociais e políticos presentes na grande maioria das Constituições, e desde logo, nos principais textos e compromissos da Organização das Nações Unidas.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada em 1948, é aceite por todos e reconhece aquilo que parece estar a desvanecer nalgumas partes do globo: reconhece a Dignidade do Homem e a

igualdade dos direitos dos homens e das mulheres, as quais constituem o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

Mas a questão subsiste, como é que a União Inter-Parlamentar pode contribuir para a redução das desigualdades? Como concretizar o objectivo de desenvolvimento sustentável, a redução da desigualdade dentro dos países e entre eles?

A nossa sugestão está a montante, na proposta do desenho de processos que garantam a existência dos pressupostos fundamentais para que este objectivo seja implementado.

Na garantia do regresso aos valores proclamados por todos,perante todos na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

No desenho de uma matriz de implementação global, assumida por todos os Parlamentos, que defina políticas exequíveis e subordinadas à realidade actual, que criem condições para uma sociedade centrada no Homem, não de um modo uniforme, mas múltiplo - múltiplo em etnias, línguas e crenças religiosas.

Que garanta que não há nada acima do ser humano e nenhum ser humano abaixo do outro.

Que evite a perigosa progressão silenciosa da insatisfação dos excluídos, que mina as bases de qualquer sistema político, seja ele qual for.

Que se volte a colocar a sílaba tónica no ser humano, no Homem como a medida de todas as coisas! No reavivar dos ideias humanistas mais nobres! Porventura, precisamos de um novo Renascimento.

Não nos esqueçamos, que quando a sociedade abandona grupos de pessoas, excluindo-as ao não lhes reservar programas políticos, na verdade abandona uma parte de si mesma, criando problemas futuros

de tal ordem graves que não há forças de segurança que possam garantir, indefinidamente, a tranquilidade geral.

Caros Colegas,

O combate às desigualdades começa no reconhecimento de que igualdade é humanidade.

É urgente destruir alguns dogmas e inventar novos caminhos!

É urgente construir a esperança!

É urgente cumprir a humanidade!

É urgente o futuro!